

Educação em saúde para a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis na população acima dos 18 anos

Health education for the prevention of sexually transmitted infections in the population over 18 years of age

Educación en salud para la prevención de infecciones de transmisión sexual en la población mayor de 18 años

Recebido: 09/01/2024 | Revisado: 21/01/2024 | Aceitado: 22/01/2024 | Publicado: 25/01/2024

Samuel Max do Nascimento Anselmo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1638-7743>
Centro Universitário do Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: samuelpmaximvn@gmail.com

Débora de Oliveira Silva

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9699-6741>
Centro Universitário do Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: debora.unirj@gmail.com

Victoria Caroline de Carvalho Duarte

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-0772-9531>
Centro Universitário do Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: duarte.victoria2202@gmail.com

Ivana Oliveira dos Santos Gama

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4431-033X>
Centro Universitário do Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: ivana.gama1998@gmail.com

Aline Miguel Caetano

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8829-1861>
Centro Universitário do Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: alinemiguelrx2018@gmail.com

Stheffany Lopes Gomes

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-8413-914X>
Centro Universitário do Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: stheffanylopes.enf@gmail.com

Solange Soares Martins

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7734-8564>
Universidade Castelo Branco, Brasil
E-mail: prof.solangebsoaresdocente@gmail.com

Silvana Bauer Rodrigues

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4953-052X>
Centro Universitário do Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: silvanabauer@yahoo.com.br

Marilene Lopes de Jesus

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7062-6533>
Centro Universitário Augusto Motta, Brasil
E-mail: marilenejesus@gmail.com

Claudemir Santos de Jesus

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2294-3064>
Centro Universitário do Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: udemi34@gmail.com

Resumo

O estudo retrata o conhecimento dos jovens sobre as infecções sexualmente transmissíveis e de como aborda esse tema em conjunto com a educação para a prevenção, e assim, construir bases para a implementação de medidas de prevenção na saúde pública, possibilita melhorar a qualidade de vida da população, principalmente dos jovens. Objetivo: Correlacionar a educação sexual com a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis na população. Metodologia: esta pesquisa se caracteriza pelos métodos quantitativos, descritivos e longitudinais. Com voluntários com idade a partir de 18 anos de ambos o sexo, que responderam um questionário adaptado da Pesquisa de Conhecimentos, Atitudes e Práticas na População Brasileira (PCAP) 2013, com 37 perguntas de um formulário de avaliação de múltipla escolha, aplicado de forma virtual através da plataforma do Google Forms via link, compartilhado pelas redes sociais: Facebook, Instagram, WhatsApp. Conclui-se, que os dados obtidos e a prevalência

dos artigos chaves, evidenciaram o despreparo dos educadores e profissionais da saúde na educação sexual à população, na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, o que demonstrou a necessidade de inovações na forma do educar, o que requer dos profissionais a capacitação para interagir com diferentes culturas, credo, orientação sexual, faixa etária e condições econômicas.

Palavras-chave: Educação; Comportamento sexual; Infecções sexualmente transmissíveis.

Abstract

The study portrays young people's knowledge about sexually transmitted infections and how they approach this topic in relation to education for prevention, thus laying the foundations for the implementation of prevention measures in public health, making it possible to improve the quality of life of young people. population, especially young people. Objective: To correlate sexual education with the prevention of sexually transmitted infections in the population. Methodology: This research is characterised by quantitative, descriptive and longitudinal methods. With volunteers aged 18 and over, of both sexes, who answered an adapted questionnaire from the Survey of Knowledge, Attitudes and Practices of the Brazilian Population (PCAP) 2013, with 37 questions from a multiple-choice evaluation form, applied in virtual form through the Google Forms platform via a link shared through social networks: Facebook, Instagram, WhatsApp. It is concluded that the data obtained and the prevalence of key articles highlighted the lack of preparation of educators and health professionals in sexual education for the population, in the prevention of sexually transmitted infections, which demonstrated the need for innovations in the way of education, which requires professionals to be trained to interact with different cultures, beliefs, sexual orientation, age group and economic conditions.

Keywords: Education; Sexual behavior; Sexually transmitted diseases.

Resumen

El estudio retrata los conocimientos de los jóvenes sobre las infecciones de transmisión sexual y cómo abordan este tema en conjunto con la educación para la prevención, y así, construir bases para la implementación de medidas de prevención en salud pública, permite mejorar la calidad de vida de los jóvenes. .Población, especialmente los jóvenes. Objetivo: Correlacionar la educación sexual con la prevención de infecciones de transmisión sexual en la población. Metodología: esta investigación se caracteriza por utilizar métodos cuantitativos, descriptivos y longitudinales. Con voluntarios de 18 años y más, de ambos sexos, que respondieron un cuestionario adaptado, de la Encuesta de Conocimientos, Actitudes y Prácticas en la Población Brasileña (PCAP) 2013, con 37 preguntas de un formulario de evaluación de opción múltiple, aplicado en forma virtual a través de la plataforma Google Forms mediante enlace, compartido a través de las redes sociales: Facebook, Instagram, WhatsApp. Se concluye que los datos obtenidos y la prevalencia de artículos clave resaltaron la falta de preparación de educadores y profesionales de la salud en educación sexual de la población, en la prevención de infecciones de transmisión sexual, lo que demostró la necesidad de innovaciones en la forma de educar. Lo cual requiere que los profesionales estén capacitados para interactuar con diferentes culturas, creencias, orientación sexual, grupo etario y condiciones económicas.

Palabras clave: Educación; Conducta sexual; Enfermedades de transmisión sexual.

1. Introdução

Na juventude contemporânea, a primeira relação sexual ocorre de forma espontânea ou não planejada, com conhecimento superficial ou incompleto, os jovens se tornam vulneráveis aos riscos de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e gravidez indesejada. Por esta razão, a educação sexual é a melhor ferramenta para promover o conhecimento aos jovens de como evitar as contaminações de infecções sexualmente transmissíveis, tais como vírus da imunodeficiência humana (HIV), vírus do papiloma humano (HPV), sífilis, herpes e clamídia (Ferreira, 2020; Lô, 2022).

Já com a transição da adolescência a juventude, vem às mudanças físicas, psicológicas e hormonais de forma intensa. Com a falta de conhecimento junto com as responsabilidades da vida adulta, os jovens perdem a noção de como se proteger nos atos sexuais, que se expõe aos riscos de contaminações de ISTs. Desse modo, para promover as diretrizes que guiará a educação sexual é necessário ter as coletas de dados para direcionar as medidas de políticas públicas realizadas pelos órgãos de educação e saúde, que destina a atenção básica do jovem, que desmentem mitos, descrença e preconceitos (Matão et al., 2019; Brum, 2020; Barbosa et al., 2019; Ramos et al., 2019; Pereira et al., 2019).

Com o incentivo à promoção do conhecimento sobre a educação sexual, podem-se diminuir os casos de ISTs na população juvenil; de forma tão impactante nas vidas dos jovens que se tornam pais na adolescência, e que são vetores para a transmissão com trocas de parceiros sexuais, dessa forma, é possível demonstrar a desaceleração dos aumentos de casos, com a

propagação de informações corretas (Silva et al., 2022; Franco et al., 2020).

A evolução das tecnologias, em especial a de telecomunicações, tornou o mundo mais acessível e conectado, ficando mais fácil transmitir as informações certas e erradas para a população, onde o acesso à internet se torna o meio para sanar as dúvidas a respeito de ISTs, práticas sexuais e sexualidade. A conexão entre as pessoas de diversas nacionalidades e de regiões distantes, com opiniões próprias a respeito dos assuntos que permeia as práticas sexuais, destaca-se as trocas de informações e desinformações (Freitas et al., 2020; Ferretti et al., 2020; Paulista et al., 2021).

O aumento das informações corretas pode evitar os transtornos que ocasionam o despreparo sobre as atividades sexuais, o que leva a discussões das crenças e mitos dos jovens e país que demonstram a necessidade de um profissional da área da saúde estar envolvido em rodas de conversas, palestras, redes sociais, entre diversos métodos de ensino como o uso de game para informar os imersos no mundo on-line o tipo de abordagem que a equipe de enfermagem pode usar no trabalho de educação e conscientização sexual (Barbosa et al., 2019; Franco et al., 2020; Freitas et al., 2020; Ferretti et al., 2020).

Há na enfermagem a oportunidade de trabalhar de forma inovadora, nos meios de telecomunicações, para promover a educação sexual, ao combater as fake News, sanar as dúvidas pertinentes ao tema que permeia o universo da sexualidade, se utilizar os meios disponíveis para entrar em contato com a população (Paulista et al., 2021; Barbosa et al., 2020).

No entanto, existe um empecilho demonstrado em meio à sociedade, por motivos de crenças, religião e nacionalidade, a respeito da educação sexual nas escolas e universidades. Visto pela população com certo receio, por muitas das vezes de qual seria a importância da educação sexual; com uma barreira cultural, é dever dos profissionais de saúde orientarem a população a respeito das ISTs de forma corretas e orientadora, pois pode alterar significativamente a qualidade de vida (Brum, 2020; Paulista et al., 2021; Barbosa et al., 2020).

Nesse artigo é abordado o papel da enfermagem na promoção da educação sexual entre a população acima de 18 anos, de forma a suprir a falta de conhecimento ao trazer os aspectos técnicos para a proteção contra as ISTs, ao trazer o indivíduo a ter o conhecimento de como aproveitar a vida sexual ativa de forma segura, com pouco risco para si e parceiros, que de acordo com o acima exposto, o estudo teve como objetivo: discutir o conhecimento da educação sexual na população como um instrumento para a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis.

2. Metodologia

A pesquisa de opinião, com abordagem quantitativa caracterizada por focar em estudantes a partir dos 18 anos de idade, cuja busca foi realizada pela internet via link, através da plataforma do Google Forms; que utilizou uma adaptação do questionário contido na "Pesquisa de Conhecimentos, Atitudes e Práticas na População Brasileira", que teve a abrangência nacional utilizada para monitorar conhecimentos dos participantes acerca da epidemia e controle das ISTs, sendo aprovada pela Comissão Nacional de ética em Pesquisa do Ministério da Saúde, sob parecer número 194.434, de 18 de fevereiro de 2013 (Brasil, 2016; Machado et al., 2021)

Esta pesquisa se torna quantitativa, pois utiliza a investigação sistemática, ao considerar certos desvios de dimensões e hipóteses de estudo, com a utilização de um questionário para guiar o estudo do tema abordado e os dados coletados para desenvolver o trabalho; sendo também um estudo longitudinal por seguir na obtenção de dados com um grupo específico da população de jovens acima de 18 anos, que tem acesso as redes sociais, sendo coletados os dados entre março a setembro de 2023 (Thomas et al., 2012).

Este estudo atende às normas para realização de pesquisa em seres humanos, Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde. Os participantes do estudo, de forma espontânea concordaram em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Brasil, 2012).

O instrumento utilizado foi uma adaptação do questionário "Pesquisa de Conhecimentos, Atitudes e Práticas na

População Brasileira”, de 2016: A Pesquisa de Conhecimentos, Atitudes e Práticas na População Brasileira (PCAP) com o código de 194.434 de 18 de fevereiro de 2013, o questionário foi aplicado via plataforma Google Forms, por compartilhamento do link pelas redes sociais (Whatsapp, Instagram e Facebook).

Os procedimentos estatísticos que serão propostos para a adequada análise dos dados visam caracterizar a amostra e testar as hipóteses formuladas da seguinte forma: O emprego de técnicas da Estatística Descritiva visa caracterizar o universo amostral a ser pesquisado. Para a descrição dos dados coletados serão utilizadas medidas de localização e de dispersão. Dentre as primeiras, serão calculadas média e mediana (Md) que são medidas de tendência central. As medidas de dispersão estimam a variabilidade existente nos dados. Com este intuito, estima-se o erro padrão, o coeficiente de variação (CV) e o desvio-padrão (s).

A segunda parte do Tratamento Estatístico corresponde à parte análise inferencial do estudo. Foi realizado o teste de Shapiro-Wilk no sentido de verificar a normalidade da amostra maior que cinquenta. A partir desse ponto foi determinado o tipo de abordagem utilizada e foi empregada uma abordagem paramétrica se os grupos se apresentarem próximos a uma distribuição normal ou numa distribuição que não seja fortemente não normal, em que as exigências de normalidade e igualdade de variâncias podem ser mais flexíveis.

Sendo assim, ao visar contemplar o total de possibilidades de comparação empregado, sempre com (= 5,00%, o Teste t-Student, para comparação intergrupos, e o método de análise de variância (ANOVA), para as comparação intergrupos. Para identificar as possíveis diferenças da comparação intergrupos utilizou-se o procedimento Post Hoc de Tukey.

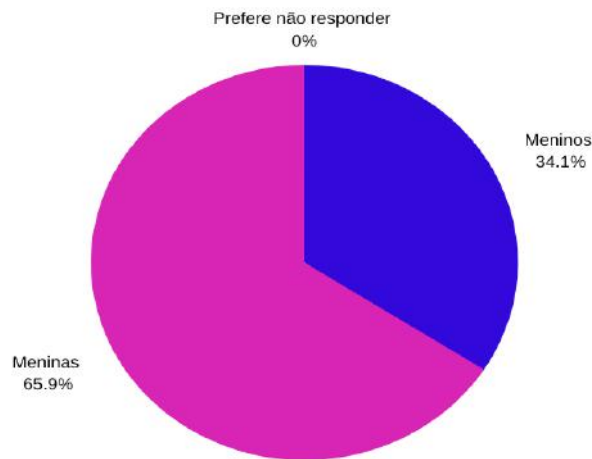
Com o propósito de manter a cientificidade da pesquisa, o presente estudo admitiu o nível de significância de $p < 0,05$, isto é, 95% de probabilidade de que estejam certas as afirmativas e/ou negativas denotadas durante as investigações, que admitiu a probabilidade de 5% para resultados obtidos por acaso, mas aprovar o experimento no mínimo de 80%, para poder controlar o erro tipo II.

3. Resultados

Durante a coleta de dados, ocorrido no período de 13 de junho a 15 de julho de 2023, o total de participantes foram de 41 pessoas que responderam de forma concreta e objetiva, com idades entre 18 a 58 anos, mas houve uma maior participação do sexo feminino com 65,9% em relação ao sexo masculino com 34,1%, com o nível escolar variando do fundamental ao superior. O estado conjugal foi de 53,7% solteiros, 26,8% casados e 19,5% namorado. O poder aquisitivo dos participantes varia de 1 a 5 salários mínimos, e todos os participantes tem acesso à internet. Com isso é notório que, conforme o perfil sociocultural dos participantes houve participação de ambos os sexos, com predomínio do sexo feminino (Paulista, Silva & Sousa, 2021).

Quando se refere ao sexo dos participantes, foi identificado uma quantidade expressiva de mulheres, conforme o gráfico abaixo apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Sexo dos participantes.

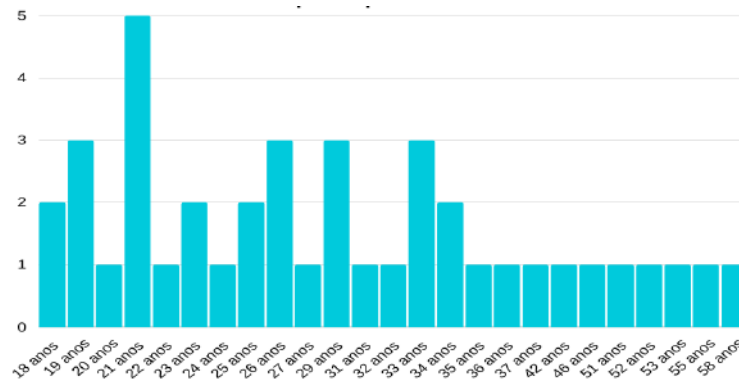


Fonte: Coleta de dados realizados pelos autores.

Alinhado ao artigo e com as informações acima apresentadas, observa-se uma prevalência do sexo feminino com 65% em relação ao sexo masculino com 34,1%. Visto que nesse contexto, os homens ainda carecem de um olhar inclusivo, pois frequentemente são difíceis de participar nos eventos da sexualidade e da reprodução (Lô, 2022).

Ao se referir à idade dos participantes, fica visível os percentuais que mostram as respostas de acordo com a geração, conforme o gráfico a seguir (Figura 2).

Figura 2 - Idade dos participantes.



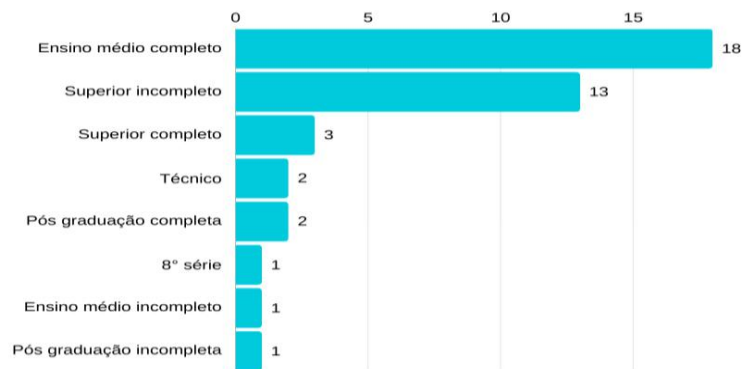
Fonte: Coleta de dados realizados pelos autores.

De acordo com os artigos as idades 19, 26, 29, 33 estão com o percentual empatado na reta 3, cujo são os maiores participantes em maior quantidade depois dos 21 anos. Já as idades de 18, 23, 25, 34 estão empatado na reta 2, que mostrou o dobro de participantes sobre o grupo da reta 1, que estão com idades entre 20, 22, 24, 27, 31, 32, 35, 36, 37, 42, 46, 51, 52, 53, 55, 58 (Lô, 2022; Matão et al., 2019).

De acordo com a educação em saúde foi bem aceita pela população, nas idades divididas, a qual demonstrou interesse na troca de conhecimentos, participação ativa durante todo o processo, alega o que os jovens entre 19 e 33 são de maior percentual participativo (Brum, 2020).

Em relação ao ano escolar dos participantes, houve uma maior prevalência dos que concluíram o ensino médio e deram entrada no nível superior, conforme o gráfico abaixo apresentado na Figura 3.

Figura 3 - Ano escolar dos participantes.

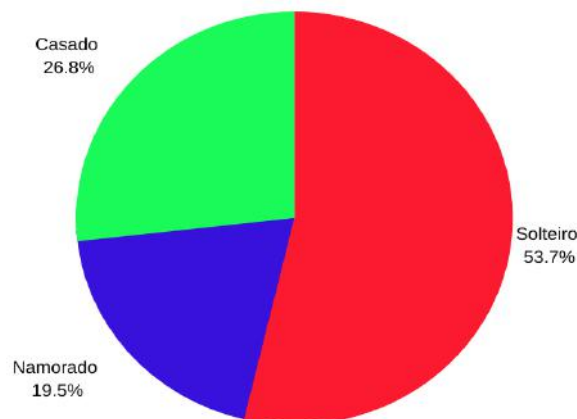


Fonte: Coleta de dados realizados pelos autores.

Nesse sentido, as práticas educativas emergem como um dispositivo de viabilização da promoção da saúde e prevenção de agravos, ao criar responsabilidade e autonomia para mudanças comportamentais. De acordo com o ano escolar dos 41 participantes, no gráfico a maioria deles tem o Ensino Médio completo (18) seguido pelo superior incompleto (13), superior completo (3), o ensino técnico (2) e a pós-graduação completa (2) empatada, logo em seguida a 8ª série (1), ensino médio incompleto (1) e completo (1) (Barbosa et al., 2020).

No próximo gráfico (Figura 4) retrata o estado conjugal, em que observa-se a maior prevalência dos solteiros participantes da pesquisa.

Figura 4 - Estado conjugal dos participantes.

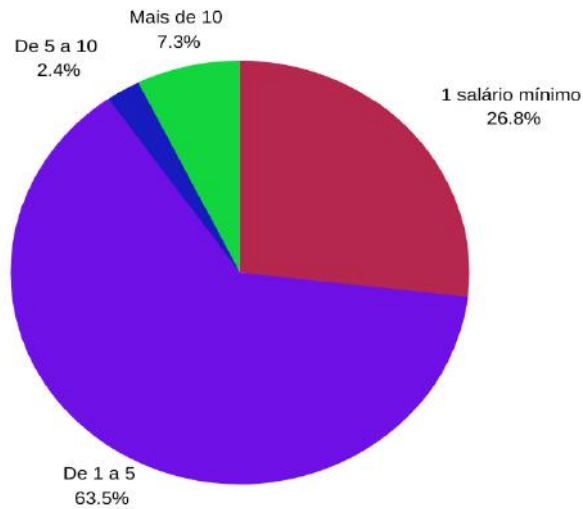


Fonte: Coleta de dados realizados pelos autores.

Perante o estado conjugal dos participantes a maioria é de solteiros (53,7%), casados representam (26,8%) e em namoro com (19,5%). E conforme leitura do artigo é notório que devido a grande maioria ser solteiro pode se limitar ao considerar que o desenvolvimento de valores, hábitos e comportamentos pode ser vivenciado para além desse (Lô, 2022; Matão et al., 2019).

O grupo acredita que esse resultado foi obtido diante da proposta dos materiais e dinâmicas educativas que permitiram a fala do conhecimento popular e um espaço de diálogos entre os diversos saberes que estimulam reflexões, problematização da temática e construção coletiva, como o estado conjugal e a renda familiar (Barbosa et al., 2020). Ao se referir à renda familiar dos participantes, foi identificada a prevalência da renda de 1 a 5 salários mínimos, conforme gráfico abaixo (Figura 5).

Figura 5 - Renda dos participantes.

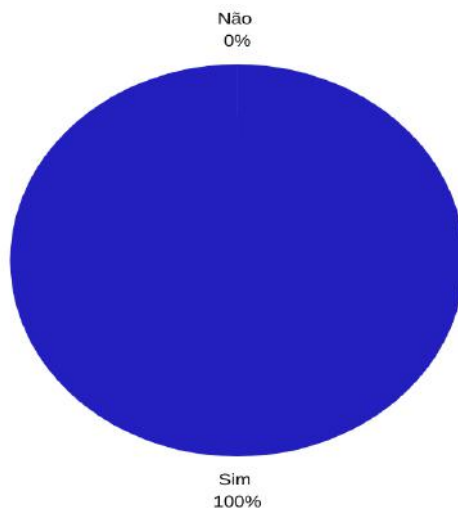


Fonte: Coleta de dados realizados pelos autores.

Nota-se que dos 41 participantes em relação à renda familiar a maioria ganha de 1 a 5 salários mínimos, cerca de 63,5%, 1 salário mínimo 26,8%, mais de 10 salários com 7,3% e de 5 a 10 salários 2,4%. Dessa forma, percebe-se que são pessoas bastante instruídas e que se tem noção do que se é abordado nos assuntos da pesquisa respondida em relação a fatores que são predispostos às ISTs (Matão et al., 2019; Ramos et al., 2019; Franco et al., 2020).

No próximo gráfico (Figura 6), é abordado “Você tem acesso à internet?”. De maneira, que está preocupado com a visão do cotidiano do indivíduo, a partir da realização de uma ação extremamente relevante para a comunidade local com o uso da internet (Ferretti et al., 2020).

Figura 6 - Acesso à internet dos participantes.



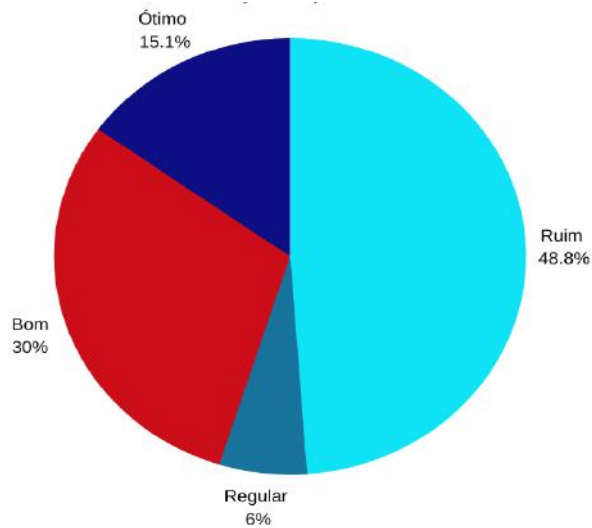
Fonte: Coleta de dados realizados pelos autores.

Diante do gráfico acima é visível que os participantes têm acesso à internet 100%, em que percebe-se a abordagem participativa e dialógica ao viabilizar através do uso da internet o acesso à educação sexual e orientação sobre os direitos sexuais / reprodutivos, assim, quanto antes for proporcionado, mais rápido muda-se o cenário do saber e, conseqüentemente, a saúde física e psicológica (Matão et al., 2019; Ferretti et al., 2020; Barbosa et al., 2020).

Ao perguntar aos participantes a respeito de como avaliam os conhecimentos sobre educação sexual fornecido pela instituição de ensino a qual frequentou, nota-se que 48,8% consideraram o ensino ruim, conforme demonstrado no gráfico a

seguir (Figura 7).

Figura 7 - O conhecimento sobre educação sexual fornecida pela escola aos participantes.

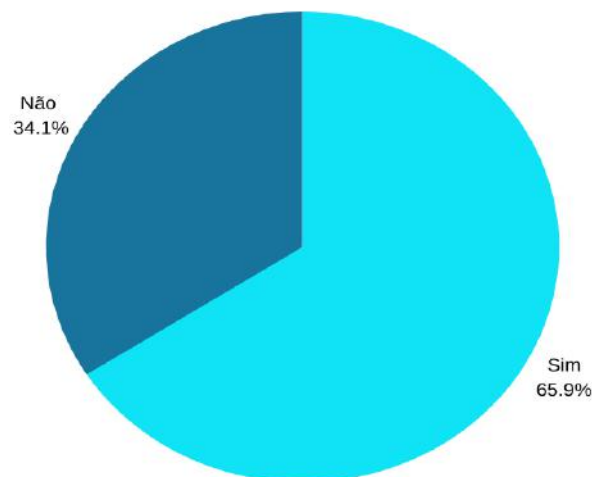


Fonte: Coleta de dados realizados pelos autores.

O comportamento humano é influenciado por construtos sociais e pela cultura. A teoria dos roteiros sexuais, elaborada pelo sociólogo John Gagnon, assevera que a conduta sexual é determinada pela história e pela cultura, sendo uma elaboração interpretada e reinterpretada ao longo do ciclo de vida dos indivíduos. A sexualidade é adquirida e organizada pela estrutura social e pela cultura. Os comportamentos sexuais, compreendidos como “roteiros sexuais”, estão inseridos em cenários culturais, roteiros interpessoais e roteiros intrapsíquicos, como demonstrado pelo gráfico a respeito de como avaliam o ensino sobre educação sexual fornecido pela escola com 48,8% diz ser ruim, 30% como bom, 15,1% como um ótimo e 6% como regular (Ramos et al., 2019). Com tudo isso, explica que o ser humano é dependente da socialização, e a prática sexual está associada à complexidade dinâmica e sócio-histórica dos indivíduos principalmente nas escolas (Barbosa et al., 2019).

A respeito se há necessidade de buscar conhecimentos sobre sexualidade, 65,9% dos participantes responderam que sim e 34,1% que não, conforme demonstrado no gráfico abaixo (Figura 8).

Figura 8 - A necessidade de busca de conhecimento sobre sexualidade em outras fontes pelos participantes.

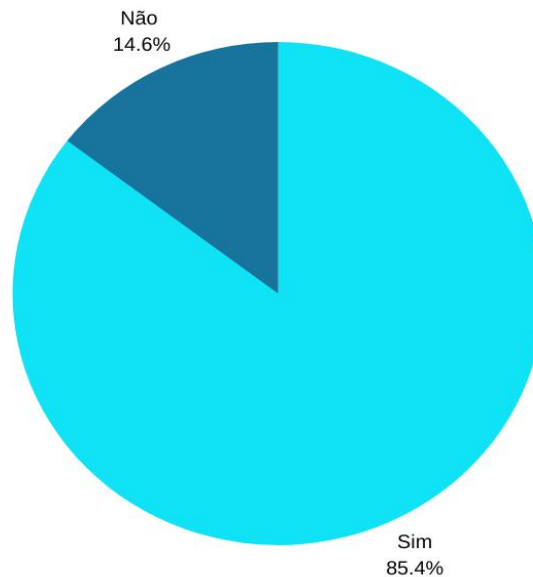


Fonte: Coleta de dados realizados pelos autores.

O gráfico demonstra, que os participantes sentem necessidade de pesquisa por conhecimento sobre sexualidade e proteções de ISTs, que na visão dos participantes há uma necessidade de melhoria da educação nas escolas, posto de saúde e clínicas da família (Ramos et al., 2019).

Ao perguntar aos participantes, sobre a opinião a respeito sobre um melhor ensino de educação sexual nas escolas, há uma prevalência de 85,4% que responderam que sim e 14,6% que não. De acordo com o apresentado pelo gráfico abaixo (Figura 9).

Figura 9 - A vontade dos participantes da escola fornecer melhor o ensino de educação sexual.

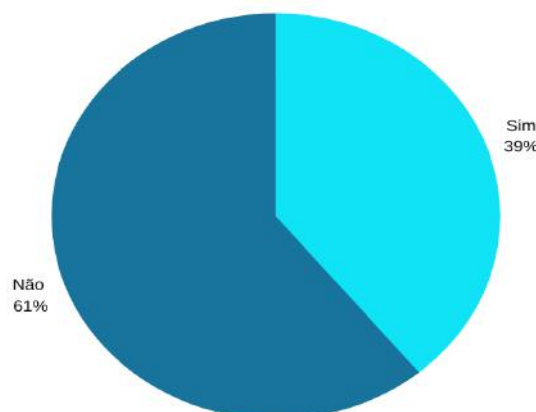


Fonte: Coleta de dados realizados pelos autores.

Todos esses fatores contribuem para o aumento da incidência de ISTs na população dos participantes, mas no Brasil, a maioria não é de notificação obrigatória, sendo a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), a única infecção a ter registro. Segundo dados do Ministério da Saúde no ano de 2014 foram identificados 758 casos de AIDS no Brasil em pessoas com 60 anos ou mais. Dessa maneira, os dois gráficos acima mostram que 65,9% dos participantes buscam conhecimentos em outros lugares e 85,4% gostariam que a escola tivesse um ensino bom de educação sexual (Ramos et al., 2019).

Quando se pergunta aos participantes se sentiu pressionado a começarem a vida sexual, 61% disseram que não e 39% que sim, que houve uma diferença de 22% entre os dois, demonstrado pelo gráfico abaixo (Figura 10).

Figura 10 -A pressão nos participantes de iniciar a vida sexual.



Fonte: Coleta de dados realizados pelos autores.

Conforme demonstrado pelo gráfico, a relação do início da vida sexual para a maioria não houve incentivo para o começo da vida sexual ativa, ocorreu de forma espontânea, de acordo com o tempo do mesmo, mas há certa preocupação a respeito da porcentagem dos participantes que tiveram algum tipo de pressão, seja ela física ou psicológica (Ramos et al., 2019; Ferreira & Silva, 2020; Matão et al., 2019; Freitas et al., 2020).

Já a respeito de dúvida sobre o assunto de sexualidade e onde buscam as informações, há a prevalência de 58,5% da busca pela internet, familiares e profissionais da saúde com 14,6% cada, amigos com 9,8% e professores da escola com 2,5% conforme demonstrado pelo gráfico a seguir (Figura 11).

Figura 11 - A busca por informações sobre o assunto de sexualidade pelos participantes.

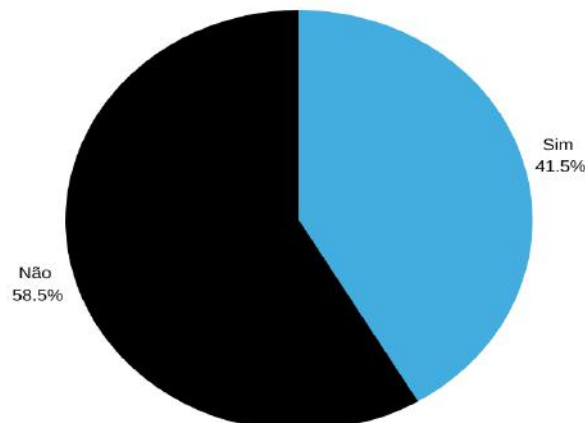


Fonte: Coleta de dados realizados pelos autores.

A confiança no parceiro, a suposta capacidade de reconhecer uma pessoa infectada, a associação a grupos de risco, entre outros motivos e com isso, percebe que quando os participantes tem alguma dúvida (58,5%) a maioria busca sanar as dúvidas na internet, que de certa forma se torna a principal porta de transmissão do conhecimento para sanar as dúvidas pertinentes. Sendo uma via de disseminação de informações certas e erradas (Freitas et al., 2020).

O gráfico (Figura 12) demonstra, que cerca de 58,5% dos participantes não se sentem à vontade de conversa com a família sobre sexualidade e 41,5% se sentem à vontade em conversar com a família sobre o assunto (Ferretti et al., 2020).

Figura 12 - Hábito dos participantes de conversar sobre a sexualidade com os familiares.

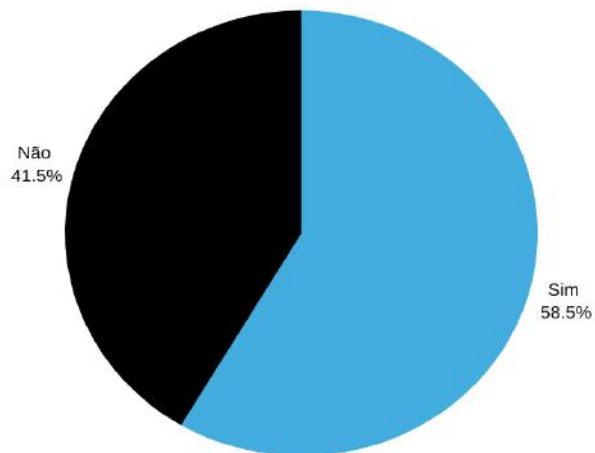


Fonte: Coleta de dados realizados pelos autores.

De forma que 58,5% dos participantes não têm o hábito de conversar com a família sobre a sexualidade e que 41,5% sim. Assim pode-se analisar que no seio familiar aparenta ter um tabu entre as opiniões de sexualidade, o que evidencia certa necessidade de melhoria das relações de confiança, no âmbito familiar para haver as conversas a respeito da sexualidade com a família (Ferretti et al., 2020).

Como demonstrado acima, o gráfico (Figura 13) que vem a seguir só reafirma que 41,5% dos participantes apresentam um desconforto em discutir sobre sexualidade com a família e 58,5% não.

Figura 13 - A vontade dos participantes de discutir sobre sexualidade com os familiares.



Fonte: Coleta de dados realizados pelos autores.

De forma que contrapõem o que foi analisado antes no gráfico anterior, nota-se que 58,5% não demonstram problemas em conversar a respeito de sexualidade com familiares e 41,5% não, demonstra uma diferença de 17%, promove uma divergência nas respostas entre os dois gráficos. Pode-se assim, ter a conclusão que o hábito de conversar com a família sobre sexualidade não está estritamente relacionado à confiança que sentem ao conversarem com os familiares (Ferretti et al., 2020; Barbosa et al., 2020).

4. Discussão

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), adolescentes são com idades entre 12 a 18 anos. É por volta dessa época que ocorre o desenvolvimento e maturação sexual fisiológica, torna necessárias uma base de aprendizagem teórica e prática acerca dessas transformações, tendo em vista que mudanças psicológicas e sociais o colocam em uma posição de interesse frente à sexualidade (Ferreira & Silva, 2020; Santos, 2018).

Sobre o perfil sociocultural dos participantes da presente pesquisa, houve participação de ambos os sexos, com predomínio do sexo feminino. A idade variou entre 18 a 58 anos. O estado conjugal predominante foi solteiro. Os participantes possuíam renda variável e todos tinham acesso à internet (Paulista et al., 2021).

O início da vida sexual com idade cada vez mais precoce está intimamente relacionado à maior susceptibilidade a contrair uma IST, devido ao maior número de dúvidas, curiosidades e até a necessidade de autoafirmação que esses adolescentes enfrentam. Sendo assim, o fato de alguns dos adolescentes terem iniciado vida sexual aos 12, 13 e 14 anos os coloca em situação de risco (Barbosa et al., 2020).

Um dos principais problemas de saúde pública referente aos adolescentes é o crescente aumento dos riscos de contrair Infecções Sexualmente Transmissíveis, uma vez que, a atividade sexual está sendo iniciada cada vez mais precocemente, e sem a devida orientação. Seja por medo, vergonha, imaturidade, descrença na existência ou desconhecimento das formas de

prevenção, os adolescentes assumem comportamentos para os quais ainda não estão totalmente preparados (Matão et al., 2019).

Na maioria das vezes, a primeira relação sexual não é um evento planejado, que ocorre em algum momento inesperado e sem preparação. A falta de conhecimento sobre a vulnerabilidade deixa o jovem exposto a riscos. Desta forma, se faz necessário adotar medidas de conscientização e elaboração de planos de educação em saúde para se abordar com participantes e esclarecer sobre os riscos associados à vida sexual precoce (Ramos et al., 2019; Pereira et al., 2019; Costa et al., 2017).

Por não estarem informados ou subsidiados por informações consideradas corretas, os adolescentes aprendem e disseminam informações inadequadas e preconceitos que, se somados ao comportamento onipotente característico dessa fase, contribuem para que as experiências sexuais possam condicionar a riscos. Diante desses comportamentos, os pais, professores e profissionais de saúde devem atuar na educação sexual conjuntamente, no intuito de orientar uma vivência afetiva e sexual responsável, para minimizar ou evitar os riscos (Ramos et al., 2019).

A Estratégia de Saúde da Família (ESF), desde a implantação vem sendo reformulada e aprimorada para que os serviços oferecidos à população estejam condizentes com a realidade da comunidade. Nesse contexto, a Educação em saúde é uma aliada na prevenção de agravos, sobretudo quando se estabelece parceria entre ESF e educação. Encontros estabelecidos entre profissionais da saúde em ambiente escolar proporcionam uma troca de experiências coletivas que levam o adolescente a refletir sobre as práticas. Entretanto, profissionais de saúde nem sempre estão preparados para lidar com as necessidades de saúde dos usuários (Ramos et al., 2019; Pereira et al., 2019).

As Infecções Sexualmente Transmissíveis são doenças causadas por microrganismos, cuja principal via de transmissão é o contato sexual desprotegido, seja oral, anal ou vaginal. O alto índice de disseminação está diretamente relacionado à falta ou à utilização incorreta do preservativo, seja a camisinha masculina ou feminina. Esse fato pode estar relacionado à situação precária dos serviços de saúde e à precariedade da educação sexual difundida tanto pelas escolas quanto pelos pais, além de outras formas utilizadas pelos jovens para obter informações, como a internet ou até mesmo por trocas de experiências entre as pessoas (Ferreira & Silva, 2020).

O objetivo da educação é oportunizar momentos de reflexões e ações capazes de possibilitar às pessoas um aprendizado consciente, sem a intenção de controlar as vidas. Sendo assim, a educação em saúde pode ser considerada como uma oportunidade de ampliação no conhecimento de práticas educativas, que visem não só o autocuidado, como também aprendizados conscientes e preventivos. O diálogo face a face permite troca de experiências, esclarecimentos de dúvidas e desenvolvimento do pensamento crítico reflexivo (Ramos et al., 2019; Pereira et al., 2019).

Há, portanto uma importância primordial na flexibilização ao se planejar atividades voltadas para a educação em saúde, sobretudo na educação sexual dos adolescentes, deve-se sempre que possível inserir os que estão vinculados aos grupos escolares no planejamento das ESF. Uma vez que as escolas fazem parte da área de abrangência, tais atividades podem aumentar o conhecimento acerca da importância de uma vida sexual protegida, segura e devidamente acompanhada para diminuir as chances no aumento das IST, de gestações indesejadas entre outras questões relacionadas à saúde (Ramos et al., 2019; Pereira et al., 2019).

A vivência desta atividade mostra que existe a necessidade da presença de profissionais da saúde no ambiente escolar, como uma estratégia que facilite o entendimento da importância de práticas conscientes e seguras nas atividades relacionadas à saúde dos adolescentes, sobretudo no âmbito da educação sexual e reprodutiva (Pereira et al., 2019).

Pode-se observar que, devido o advento da tecnologia, a velocidade e praticidade com que as informações acerca da sexualidade chegam ao alcance do público jovem, tem aumentado os riscos de contrair IST/HIV. Faz-se necessário que as ESF estejam presentes nas escolas para desenvolver atividades voltadas para práticas educativas em saúde sexual, com o objetivo de

minimizar estes riscos (Lô, 2022).

Em um âmbito geral, verificamos que os alunos possuem um conhecimento superficial sobre IST, visto que as afirmativas que obtiveram mais respostas corretas relacionavam-se a conhecimentos básicos acerca do tema. Devido a um número considerável de alunos ter respondido de maneira incorreta a afirmativa relacionada à diferença entre ser portador do vírus HIV e ter AIDS, foi possível identificar uma falta de esclarecimento em relação a esses termos (Pereira et al., 2019).

Assim como as IST no geral, a AIDS é abordada nas escolas de maneira superficial. Detalhes importantes como esse podem passar despercebidos, tanto pelos professores quanto pelos alunos. Esse fato gera uma problematização, pois devido à falta de clareza na distinção desses termos, uma pessoa portadora do HIV acaba sendo vítima dos estigmas que envolvem a AIDS, uma vez que é vista como uma doença que atinge pessoas de comportamento transgressor, dessa forma, essas pessoas acabam sendo moralmente julgadas pela sociedade (Santos, 2018).

A falta de orientação adequada, a necessidade de autoafirmação e a curiosidade sobre a sexualidade, levam os jovens a se submeterem a experiências sexuais arriscadas ao não usarem métodos contraceptivos que impedem a contaminação por alguma IST, dessa forma, foi relatado que os participantes que já tiveram relações sexuais afirmaram terem contraído alguma doença e alguns alegaram não saber se foram infectados, assim, se confirma que a falha de conhecimento e a inadequada orientação desses adolescentes os sujeitam a se contaminarem (Pereira et al., 2019; Ramos et al., 2019).

Em relação ao vírus HIV, ainda é notório o considerável tabu frente a conversas com familiares, além de ser bastante negligenciado pelas autoridades de saúde, como relatado. Apesar da disponibilidade de testes seguros, grande parte dos adolescentes respondeu nunca terem realizado o teste para HIV/AIDS ou outra IST (Ferreira & Silva, 2020).

Deve-se então investir com maior eficácia na conscientização da população em relação à necessidade de realizar testes para diagnosticar precocemente o vírus que, além de evitar a transmissão a outras pessoas, melhora o prognóstico deste paciente. Assim, cabe não só ao governo tais campanhas, mas também as escolas de difundir-las, interpretá-las e mostrarem a devida importância aos alunos, para garantir as informações de uma rede de confiança para esses adolescentes, na tentativa de melhorar a conscientização dos alunos (Santos, 2018).

Apesar de não aderirem aos testes diagnósticos do HIV, esses mesmos alunos possuem um conhecimento básico da doença, como mostra nos resultados, uma vez que todos consideram o uso de preservativos de barreira a melhor forma de evitar a transmissão sexual do vírus. Entretanto, a redução do uso do preservativo na última relação sexual compactua com o comportamento sexual de risco e vulnerabilidade desses adolescentes frente à doença (Lô, 2022).

Por meio do questionário aplicado aos alunos, foi possível encontrar que mais da metade desses não tinham hábito de conversar com os familiares sobre sexualidade e não se sentiam à vontade para manter esse diálogo com os mesmos. Isso pode ser relacionado ao tabu frente ao diálogo com familiares sobre o assunto, ao levar a maioria expressiva dos adolescentes a sentirem necessidade de buscar conhecimento em outras fontes, que se resumem as fontes de pesquisa aos amigos e à internet (Lô, 2022).

Apesar da abordagem de informações, sobre sexualidade, através de debates promovidos pelas escolas, ainda restam diversas dúvidas acerca do tema. Esse fato, evidenciado por Rosa et al. (2020) demonstra claramente uma incongruência entre possíveis conhecimentos de práticas sexuais seguras e as aplicações na realidade. Torna-se de extrema necessidade se tratar desse assunto de maneira mais próxima da realidade, para que assim sejam evitadas reverberações negativas de práticas sexuais errôneas (Matão et al., 2019).

Essas inúmeras dúvidas sobre a sexualidade se encontram na vulnerabilidade e na falta de conhecimento acerca das questões sexuais, que podem levar a prejuízos fisiológicos, como uma gama variada de doenças. Assim entra, a escola como um fundamental papel de educação sexual, ao incluir a aprendizagem de práticas sexuais seguras, métodos contraceptivos e prevenção de IST em contraste ao que seriam ideais, os conhecimentos oferecidos sobre educação sexual para os alunos, uniu a

maior parte avaliar a escola com ensino ruim ou regular, que evidencia a insatisfação com o ensino fornecido.

Houve diferença significativa em relação aos anos escolares e os que contraíram alguma IST, sendo o que não contraíram nenhuma é a maioria do terceiro ano. O terceiro ano também soma a maior porcentagem dos alunos que contraíram, por ser a maior quantidade numérica de participantes da pesquisa. Em contrapartida, apesar de não haver significância considerável, alunos de terceiro ano são maioria em concordarem que apenas ter relações com pessoas aparentemente saudáveis é um modo de prevenção de AIDS. Em consonância com a literatura, torna-se evidente a discrepância entre possíveis conhecimentos acerca de práticas sexuais seguras e a aplicação na realidade. Reforça-se assim a extrema necessidade de abordagem pelas escolas sobre o assunto de forma mais próxima à realidade (Pereira et al., 2019; Ramos et al., 2019).

A eficácia de aconselhamento de variadas formas como sessões de conversas individuais, panfletos e orientações, foi percebida por Diez et al. (2020), na qual houve uma queda significativa nas taxas de fertilidade em adolescentes, redução de gravidez na adolescência, aumento do uso de contraceptivos, redução das atividades sexuais e idade superior da sexarca, quando uma boa adesão a técnica. Essa pesquisa, entretanto, demanda um longo trabalho, além de associação intensa com o serviço público de saúde (Ferreira & Silva, 2020).

Dentre as estratégias a serem utilizadas na abordagem do assunto sexualidade, em todas as esferas, como forma de diminuir a dificuldade do ensinamento, está a criação de um vínculo de confiança entre o adolescente e o profissional. Para isso, é preciso que se sintam seguros ao ponto de não se sentirem expostos e/ou desconfortáveis, já que estão suscetíveis ao desconhecimento em relação ao novo.

A presente pesquisa traz como ponto importante o fato de que, embora muitos adolescentes tenham acesso à ampla gama de informações, bem como possuam grau satisfatório sobre conhecimentos básicos dentro do tema, na prática ocorre uma dissociação entre os saberes possuídos e o comportamento sexual, na maioria de risco, o qual resulta em alta incidência de ISTs e gestações indesejadas neste grupo. Há vasta literatura sobre o tema, entretanto ainda não foi colocado em prática um planejamento consistente por meio do Ministério da Educação em associação com políticas públicas de saúde que atuem efetivamente na redução desses índices desfavoráveis à saúde sexual dos adolescentes dos colégios de Goiânia. Como limitações à realização desta pesquisa destacam-se as limitações impostas pela pandemia da Covid-19, as quais dificultaram muito a comunicação com as escolas, e conseqüentemente, o acesso aos alunos participantes. Ressalta-se também a dificuldade da aplicação dos questionários por meio do ambiente digital, mesmo em vista das dificuldades (Matão et al, 2019).

5. Conclusão

Após ponderar a respeito dos dados obtidos e as prevalências dos artigos chaves para a formulação desse artigo, foi achado a falta de preparo dos educadores e profissionais da saúde, para imergirem a população a debaterem o tema de educação sexual, para a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis na população.

Ao demonstrar a necessidade de inovações na forma de como educar uma população que a cada dia ganha mais a individualidade sexual, requer dos profissionais a capacitação adequada, o conhecimento do público alvo, as formas de como interagir com diferentes culturas, credo, orientação sexual, faixa etária e condições econômicas. Foi observada a ineficiência da educação sexual prestada à população. É necessário haver debates e rodas de conversas sobre as ISTs e uma abordagem diferenciada, com equipes multiprofissionais, para que, juntos, possam trazer a luz aos praticantes sexuais da importância da prevenção contra infecções sexualmente transmissíveis e da proteção do corpo na prática.

Com a finalidade de promover a educação sexual para toda a comunidade que está no processo de formação pessoal e disponibilizar, ferramentas, meios e maneiras para que, consigam adentrar nas práticas sexuais, sem lhes trazer danos, ou que esses danos sejam mínimos possíveis, pois é importante que o acadêmico de enfermagem, profissional da saúde, propague a importância de se proteger contra ISTs, como propagador do conhecimento em saúde sexual, ao trabalhar de forma preventiva

na sociedade contra, que podem afetar a vida da população e interferir na qualidade de vida do mesmo.

Para aprimorar as políticas públicas para a educação sexual de jovens e adolescentes é uma necessidade crucial. Essa melhoria deve adotar uma abordagem técnica e inovadora, com plataformas digitais interativas, como aplicativos educativos e redes sociais, para tornar as informações mais acessíveis e envolventes, além disso, políticas inclusivas e culturalmente sensíveis, treinamento contínuo de profissionais, colaboração com ONGs e ênfase em temas contemporâneos, como consentimento e saúde mental, são fundamentais para preparar os jovens de maneira abrangente e informada para as questões relacionadas à saúde sexual.

Tendo em vista a participação ativa dos jovens no desenvolvimento de programas, juntamente com a implementação de espaços seguros para discussões abertas, para fortalecer o entendimento sobre saúde sexual, o que requer políticas inovadoras para refletir uma visão holística da educação sexual.

Por considerar a complexidade e as necessidades específicas de uma visão abrangente da educação sexual para os jovens e adolescentes na sociedade, o que novos estudos no meio acadêmico, para que sejam publicados em periódicos de depositários das Instituições de Ensino Superior de livre acesso.

Agradecimentos

Agradeço a Laise Santana de Vasconcelos Siqueira, pela revisão textual de português e resumo em inglês, deste artigo científico.

Referências

- Barbosa, L. U., Pereira, J. C. N., Lima, A. G. T., Costa, S. S., Machado, R. S. et al. (2020). Dúvidas e medos de adolescentes acerca da sexualidade e a importância da educação sexual na escola. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 12(4), e2921. <https://doi.org/10.25248/reas.e2921.2020>
- Barbosa, L. U., Viçosa, C. S. C. L., & Folmer, V. (2019). A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 11(10), e772. <https://doi.org/10.25248/reas.e772.2019>.
- Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. (2012). *Resolução nº 466/12, 12 de dezembro de 2012*. Dispõe sobre a pesquisa envolvendo seres humanos. Ministério da Saúde, Brasília: DF.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis, Aids e Hepatites Virais. (2016). *Manual Técnico para o Diagnóstico das Hepatites Virais/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brum, V. M. (2020). *Educação em saúde no contexto das IST: revisão na literatura Sobre conhecimentos e práticas envolvendo jovens estudantes*. Monografia (especialização) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências da Saúde, Curso de Especialização em Residência Multiprofissional Integrada em Gestão e Atenção Hospitalar no Sistema Público de Saúde.
- Costa, T. D., Capeletti, C. P., Mello, M. L., Vieira, P. R., Brum, M. D. et al. (2017). *Escola, sexualidade, práticas sexuais e vulnerabilidades para as infecções sexualmente transmissíveis (IST)*. <https://api.semanticscholar.org/CorpusID:171622539>
- Diez, E., Lopez, M. J., Perez, G., Garcia-Subirats, I., & Nebot, L. (2020). Impacto de uma intervenção comunitária de aconselhamento contraceptivo nas taxas de fertilidade de adolescentes: um estudo quase experimental. *BMC Saúde Pública*, 20(26). <https://doi.org/10.1186/s12889-019-8122-1>
- Ferreira, L. S., & da Silva, M. G. B. (2020). Abordagem na educação sexual de adolescentes em ambiente escolar: Relato de experiência. *Textura*, 14(1), 65-74. <https://doi.org/10.22479/texturav14n1p65-74>
- Ferretti, E., Pizzuto, E. P., Charão, M. M., Souza, B. G., & Rezer, J. F. P. *Promovendo conhecimento: infecções sexualmente transmissíveis (ISTS) em uma unidade do Exército Brasileiro de Fronteira*. (2019). Anais do 11º Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNIPAMPA: Salão de Extensão, 11(3). <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/107755>
- Franco, K. C. G., Almeida, P. E., & Moreira, B. (2020). Abordagem sobre ISTS em uma escola pública de Caratinga-MG. *Lynx*, 1(1). <https://doi.org/10.34019/2675-4126.2020.v1.25589>
- Freitas, M. C., Ferri, Érika K., & Maciel, R. F. (2020). *Saúde sexual dos adolescentes: a linguagem como instrumento de educação e prevenção*. Anais do Semex, (12). <https://anaisonline.uems.br/index.php/semex/article/view/6707>
- Lô, B. V. O. (2022). *Projeto de educação para prevenção de Infecções Sexualmente transmissíveis com adolescentes cristãos\ãs Protestantes*. Mestre em Educação para a Saúde. Escola Superior de Tecnologia da Saúde e Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal.
- Machado, B. J. M., Oliveira, G. A. P., Musse, L. Q., Veríssimo, L. P. M., & Chaves, T. A. (2021). Educação sexual e infecções sexualmente transmissíveis em adolescentes do ensino médio em Goiânia-Goiás. *Brazilian Journal of Development*, 7(11): 101765-101781.

- Matão, M. E. L., Miranda, D. B., Ribeiro, A. A., Dias, I. T. S., & Carrijo, T. M. et al. (2019). Perspectiva dos educadores em relação a educação sexual nas escolas. *Revista Do CEAM*, 5(2), 76–87. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3561007>.
- Paulista, A. F. M., Silva, D. P. J., & Sousa, P. M. L. S. (2021). A atuação do enfermeiro na educação sexual de jovens. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, 7(10), 1241–1265. <https://doi.org/10.51891/rease.v7i10.2659>
- Pereira, A. S., Shitsuka, D. M., Parreira, F. J., & Shitsuka, R. et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. UFSM.
- Pereira, G. F. M., Pimenta, M. C., Giozza, S. P., Caruso, A. R., Bastos, F. I. et al. (2019). HIV/AIDS, STIs and viral hepatitis in Brazil: epidemiological trends. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 22, e190001. <https://doi.org/10.1590/1980-549720190001.supl.1>.
- Ramos, F. B. P., Carvalho, I. M., Filho, W. P. S., Nunes, P. S., & Nóbrega, M. M. (2019). A educação em saúde como ferramenta estratégica no desenvolvimento de ações de prevenção da transmissão do HIV: um relato de experiência. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, (19), e509. <https://doi.org/10.25248/reas.e509.2019>.
- Rosa, L. M., Nascimento, A. A. C., Dias, A. L. F., Pereira, M. F. R., Mota, M. A. et al. (2020). Promoção da saúde na escola: prevenção da gravidez e de infecções sexualmente transmissíveis / Promoção da saúde na escola: Prevenção da gravidez e das infecções sexualmente transmissíveis. *Brazilian Journal of Health Review*, 3 (1), 706-716. <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n1-055>
- Santos, W. S. (2018). *Conhecimento sobre a prevenção das ISTs/AIDS e gravidez, nos adolescentes de uma escola pública do estado de Sergipe*. Monografia (Graduação em Medicina) - Departamento de Medicina, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju. <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/7593>
- Silva, F., Guimarães, R., Silva, M., & Suto, C. (2022). *Educação sexual de jovens no contexto escolar*. Encontro de discentes pesquisadores e extensionistas. 1(01): e202214, 14 nov.
- Thomas, J. R., Nelson, J. K., & Silverman, S. J. (2012). *Métodos de pesquisa em atividade física*. 6 Ed. Dados elétricos. Artmed.